



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

REUNIÃO **DO CONSELHO POLÍTICO DA** **AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA**

Brasília, 10 de outubro de 2023

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 10/10/2023

1- ANÁLISE DE CONJUNTURA

- Restrições de investimentos sociais devido ao “arcabouço fiscal” (Lei Complementar 200/2023). LOA 2024.

- Ameaças de retomada da contrarreforma administrativa (PEC 32);

- Riscos contidos na Reforma Tributária do Consumo (PEC 45/2019 alterada) para Estados, Municípios e Seguridade Social, além de facilitação do esquema de securitização que desvia de receitas públicas;

- Alastramento de privatizações mediante PPP com garantia de lucro certo ao setor privado;

- Explosão dos gastos com juros do Sistema da Dívida devido à manutenção dos juros em patamar elevadíssimo pelo Banco Central (Selic a 12,75% a.a.).

- Semana de mobilização de servidores organizada pelo FONASEFE: 2 a 7 de outubro (<https://fonasefe.org/semana-de-mobilizacao-pela-inclusao-das-servidoras-e-servidores-federais-na-loa-2024-arquivamento-da-pec-32-e-em-defesa-dos-servicos-publicos/>)

– Informes das entidades.

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 10/10/2023

2 – FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O LIMITE DOS JUROS E A AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

- Informes sobre o lançamento em conjunto com a “Frente contra os Juros Abusivos” no dia 19/09/2023 na Câmara dos Deputados (<https://4et.us/s1c70q>);
- Convite às entidades para fazer parte da Frente, tendo em vista a relação direta entre o privilégio do Sistema da Dívida e a subtração de direitos sociais, previdenciários e trabalhistas;
- Apresentação de propostas de agenda para o funcionamento e coleta de sugestões das entidades;
- Indicação para realização de eventos conectados com a Frente nos Estados, juntamente com o lançamento da Cartilha da ACD e demais pautas locais, a exemplo da audiência pública na ALESP em 19/10/2023;
- Informes do Núcleo SP e demais Núcleos que já estão organizando eventos nos Estados.

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD 10/10/2023

3 – AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE JUROS NO BRASIL

- Informes sobre a Audiência Pública realizada em 30/08/2023 (<https://4et.us/s089tq>);
- Ausência de representantes do Banco Central e do Ministério da Fazenda;
- Necessidade de aprovação do PLP 104/2022. Pedimos que acessem e divulguem a enquete oficial no site da Câmara e declararem seu apoio (<https://auditoriacidada.org.br/vote-na-enquete-oficial-da-camara-e-declare-apoio/>).

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD 10/10/2023

4 - CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL – PLP 104/2022

- Novo Informativo e mobilizações no site da campanha: <https://bit.ly/3G87DQA>

5 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA - Doações podem ser feitas via PIX 12537204000145, pagamento recorrente no cartão de crédito <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/ajude-a-financiar-a-acd/> ou PagSeguro <https://auditoriacidada.org.br/doacao/>

6 - APOIO AOS ESTUDOS DO OBSERVATÓRIO DE FINANÇAS E ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA PADRE THIERRY LINARD, VINCULADO À COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ (ORGANISMO DA CNBB): Participação em grupos de pesquisa.

1 - ANÁLISE DE CONJUNTURA

CONJUNTURA ESCANCARA

A CENTRALIDADE DO SISTEMA DA DÍVIDA

- Arcabouço Fiscal (LC 200/2023) mantém teto de gastos sociais para ***“guardar recursos importantes para o pagamento do endividamento público”*** e ataca servidores(as) públicos(as) sob várias formas, inclusive ameaça de mais contrarreforma da Previdência
- Restrições LOA 2024;
- Ameaças de retomada da contrarreforma administrativa (PEC 32);
- Privatizações, PPP (com risco de Securitização de Créditos Públicos);
- Manutenção da elevada taxa básica de juro Selic pelo Banco Central, provocando crescimento exponencial do Sistema da Dívida.
- Aprovação relâmpago de Substitutivo de Reforma Tributária do Consumo na Câmara dos Deputados com riscos para entes federados para a Seguridade Social, criação de entidade “Conselho Federativo” que representa riscos de avanço do esquema de Securitização.

PRIVILÉGIO DOS GASTOS COM A DÍVIDA PÚBLICA EM 2023 - Orçamento Federal Executado até 4/10/23

**R\$ 1,835 TRILHÃO gastos com juros e amortizações da Dívida
51% de todos os gastos federais**

- **Governo Federal contabiliza grande parte dos juros como se fossem “amortizações”** (“rolagem” ou “refinanciamento”). A ACD denuncia essa manobra desde a CPI da Dívida concluída em 2010.

“Juros e Encargos da Dívida” R\$ 206 bilhões

“Amortizações” R\$ 1,629 TRILHÃO

Fonte:

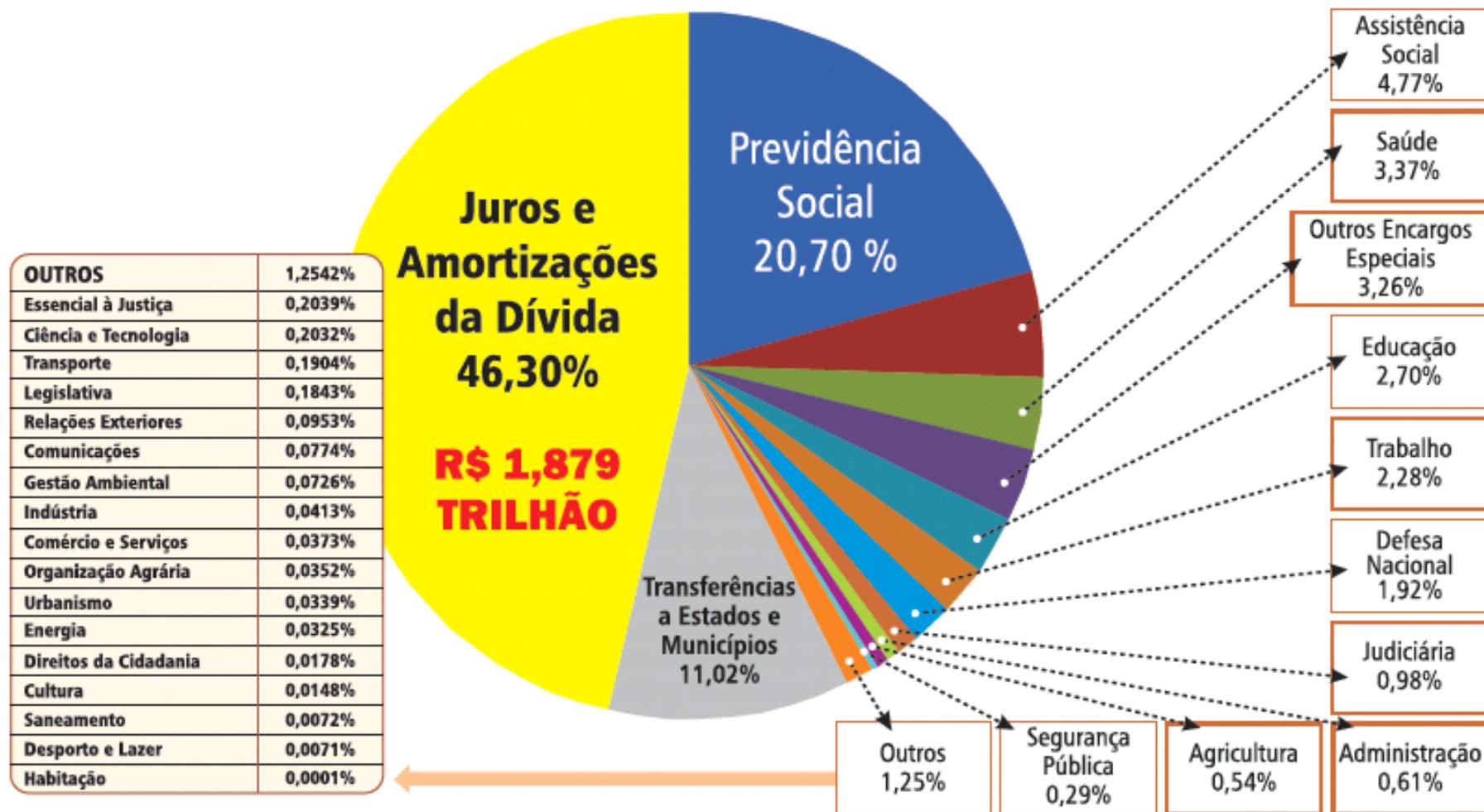
https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

**Estimativa de gastos com juros nos primeiros 9 meses deste
ano de 2023: R\$ 587 bilhões**

Metodologia: Estoque da Dívida Pública Federal no início de 2023 multiplicado pela taxa média anual dos primeiros 8 meses do ano (janeiro a agosto), ampliada para 9 meses.

- O Sistema da Dívida absorve todas as receitas obtidas com a venda de novos títulos, que deveriam estar sendo destinadas a investimentos sociais, e não para o pagamento de uma dívida sem contrapartida em investimentos para a população.

Orçamento Federal Executado (pago) em 2022 = R\$ 4,060 TRILHÕES



Fonte: https://www1.sioop.planejamento.gov.br/OvAJAXZfc/pendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqllk04&anonymous=true&sheet=SH06
 Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 25/1/2023. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), e "Outros Encargos Especiais" (restante da função, composta principalmente por gastos com cumprimento de Sentenças Judiciais e Fundos de Financiamento Regional).

Ver artigo publicado pelo jornal ExtraClasse: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gastos-com-a-divida-consumiram-463-do-orcamento-federal-em-2022/>

Previsão do Orçamento Federal para 2023 (sancionado pelo presidente Lula em 17/1/2023)

Privilégio para gastos com a dívida e arrocho para a Educação e Saúde

- **R\$ 2,559 TRILHÕES** para juros e amortizações da dívida pública
- **R\$ 159 BILHÕES** para o Ministério da Educação (16 vezes menos)
- **R\$ 184 BILHÕES** para o Ministério da Saúde (14 vezes menos)
- Fonte: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9235932&ts=1673995720130&disposition=inline> págs 16 e 29

➤ **Dotação atualizada (em 4/10/23):**

Ministério da Educação: R\$ 164 BILHÕES (16 vezes menos)

Ministério da Saúde: R\$ 189 BILHÕES (14 vezes menos)

Fonte:

https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

MOBILIZAÇÃO DE SERVIDORES(as) FEDERAIS

**SEMANA DE MOBILIZAÇÃO
PELA INCLUSÃO DAS SERVIDORAS
E SERVIDORES FEDERAIS NA LOA
2024 E ARQUIVAMENTO DA PEC 32**



TWITTAÇO • 03/10 • ÀS 15H

Fonasefe
Fórum das Entidades Nacionais
dos servidores Públicos Federais

A poster for the National Meeting of Federal Public Servants. It features a woman speaking into a megaphone. The text includes the event title, a list of activities, and the date and location.

**PLENÁRIA NACIONAL
DOS SERVIDORES
PÚBLICOS FEDERAIS**

- ✓ AVALIAÇÃO DA SEMANA DE MOBILIZAÇÃO
- ✓ DISCUSSÃO SOBRE A POSSIBILIDADE DE GREVE UNIFICADA DO FUNCIONALISMO PÚBLICO

**SÁBADO,
7 DE OUTUBRO** 9H **TEATRO DOS BANCÁRIOS,
314/315 SUL, BLOCO A,
BRASÍLIA**

A poster for the defense of public services and state entities. It features a map of Brazil and a person holding a sign. The text includes the date, the main message, and a list of activities.

03 DE OUTUBRO

**EM DEFESA DOS
SERVIÇOS PÚBLICOS
E DAS ESTATAIS**

**VALORIZAR OS
SERVIDOR@S
É FORTALECER
O BRASIL**

PARALISAÇÕES • ATOS PÚBLICOS • VIGÍLIA EM BRASÍLIA

Fonasefe
Fórum das Entidades Nacionais
dos servidores Públicos Federais

Fonte: <https://twitter.com/fonasefe>

MOBILIZAÇÃO DE SERVIDORES(as) FEDERAIS



Fonte: TV COMUNITÁRIA DF e notícia site da ACD <https://auditoriacidada.org.br/no-dia-nacional-de-luta-dos-servidores-publicos-mobilizacao-cobra-governo-por-promessas-de-campanha/>

MOBILIZAÇÃO DE SERVIDORES FEDERAIS

Fonte: Andes / Fonasefe (29/9/2023 - <https://fonasefe.org/retrospectiva-campanha-salarial-2024/>)

- Entre julho e setembro, aconteceram 4 reuniões da mesa de negociação, porém nenhum item da pauta de reivindicações foi atendido.
- Governo recusou revogar medidas adotadas pelo governo Bolsonaro e recusou arquivar a PEC 32, conhecida como Reforma Administrativa.
- Governo não apresentou índice de reajuste salarial, informando que há uma reserva técnica de R\$ 1,5 bilhão no orçamento de 2024 para o funcionalismo público federal, o que corresponderia a menos de 1% de reajuste linear para servidores.
- Das 60 mesas específicas solicitadas por servidores, apenas cinco foram instaladas até dia 15 de setembro. Já são quatro meses em busca de diálogo com o governo federal, entre discussões sobre o protocolo da negociação e as reuniões propriamente ditas.
- Servidores(as) públicos(as) federais acreditam que não há como avançar a garantia de direitos sem fortalecer as mobilizações e pressionar o governo. Por isso, seguem mobilizados com um calendário de lutas que continua na próxima semana com a Semana de Mobilização pela inclusão das servidoras e servidores federais na LOA 2024, arquivamento da PEC 32 e em defesa dos Serviços Públicos.

MOBILIZAÇÃO DOS(AS) SERVIDORES PÚBLICOS(AS)



Fonte: <https://twitter.com/fonasefe>

ACD realizou Live sobre o tema em 9/10/2023

LIVE HOJE!

Serviço Público em risco e a luta de servidores



**MARIA LUCIA
FATTORELLI**

Coordenadora
Nacional da
Auditoria
Cidadã
da Dívida



**VLADIMIR
NEPOMUCENO**

Assessor
legislativo
e consultor
de Entidades
Sindicais

**Live completa
disponível em:**

<https://www.youtube.com/watch?v=Dml7FRi1-6k>

**09
OUTUBRO
19h**

ASSISTA AO VIVO EM:



facebook.com/auditoriacidada.pagina



youtube.com/auditoriacidadadadivida



**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**

**EM VEZ DE
BOLSA-BANQUEIRO,
GOVERNO PODERIA REPARAR
PERDAS DE TODO O SERVIÇO
PÚBLICO FEDERAL**



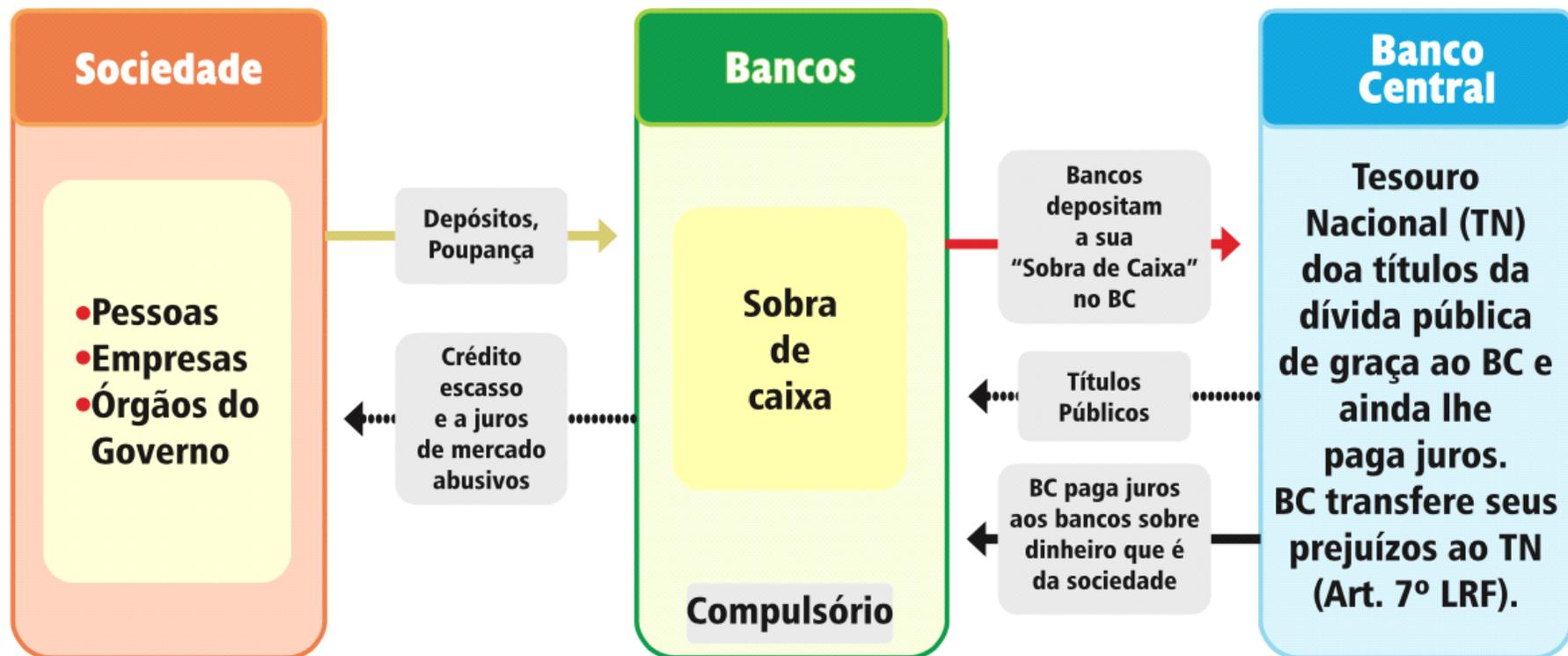
- Em 2022, o Banco Central pagou **mais de R\$ 180 bilhões de juros** aos bancos. Isso sem falar nos juros e amortizações da dívida pública que o Tesouro Nacional também paga aos bancos.

- Por outro lado, os servidores públicos federais reivindicam a recomposição das perdas inflacionárias acumuladas em 46,5% desde 2010, percentual este resultante da média entre 53,17% e 39,92%, reivindicados pelos respectivos blocos de servidores.

- O volume de recursos para repor integralmente essa perda média de 46,5% seria de aproximadamente **R\$ 158 bilhões**, valor inferior ao valor gasto com a Bolsa-Banqueiro no ano passado e, adicionalmente, 12 vezes menor que o valor gasto com juros e amortizações do Sistema da Dívida em 2022.

BOLSA-BANQUEIRO

Remuneração diária aos bancos devido ao abuso das "Operações Compromissadas" e "Depósitos Voluntários Remunerados" pelo Banco Central



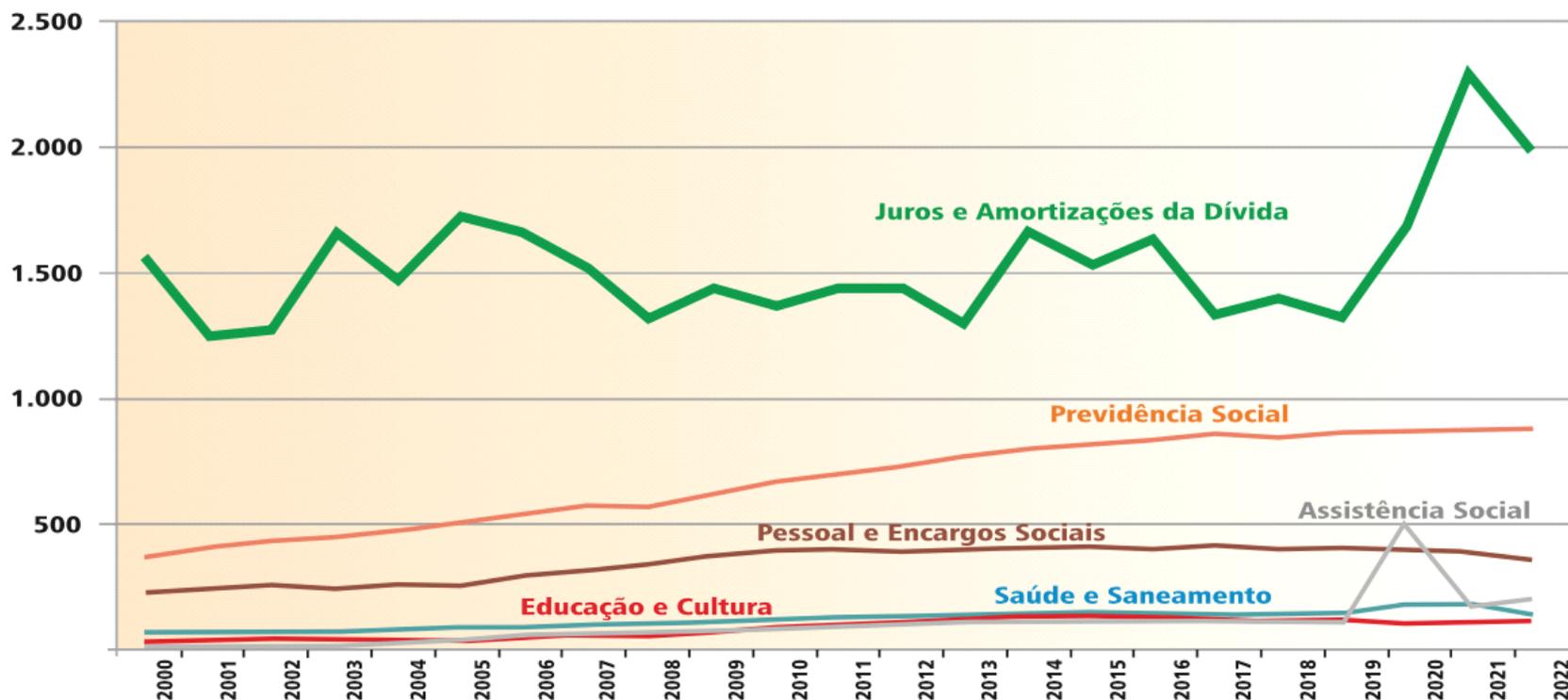
Consequências:

escassez de moeda na economia, elevação dos juros de mercado, explosão da dívida pública, rombo aos cofres públicos, recessão, crise e aumento recorde do lucro dos bancos.

Onde está o rombo do gasto público?

Governo Federal - Gastos Seleccionados de 2000 a 2022

Em R\$ bilhões de 2023 - Valores atualizados pelo IPCA



Fontes: https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAZZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:19110
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:19106

Nota: A elevação dos gastos com Assistência Social em 2020 correspondeu ao pagamento do auxílio emergencial em decorrência da pandemia de Covid-19.

BANCO CENTRAL ENTERRANDO A ECONOMIA BRASILEIRA

**BANCO CENTRAL GERA ROMBO
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA
R\$ 44,8 BILHÕES
A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC**

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-7,4	-0,07	9,1	0,09
Redução de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	44,8	0,43	41,4	0,40
Redução de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	17,9	0,17	17,7	0,17

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB no mesmo caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, aumento de taxa Selic e aumento de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.



**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**

**BANCO CENTRAL GERA ROMBO
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA**

**R\$ 38 BILHÕES
A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC**

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-6,0	-0,07	8,6	0,10
Aumento de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	40,1	0,39	38,5	0,38
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	17,2	0,18	17,1	0,17



**BANCO CENTRAL GERA ROMBO
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA**

**R\$ 40,1 BILHÕES
A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC**

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-7,1	-0,07	9,3	0,09
Aumento de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	40,1	0,40	38,0	0,38
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	17,5	0,18	17,4	0,18



**BANCO CENTRAL GERA ROMBO
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA**

**R\$ 42,9 BILHÕES
A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC**

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-7,7	-0,08	9,4	0,09
Aumento de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	42,9	0,42	40,1	0,39
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	17,4	0,17	17,2	0,17



BANCO CENTRAL ENTERRANDO A ECONOMIA BRASILEIRA

EXTRA CLASSE 25

OPINIÃO

O papel do Banco Central na geração da dívida pública ilegítima

WEB

Por Maria Lucia Fattorelli / Publicado em 25 de agosto de 2023

<https://www.extraclasse.org.br/opiniao/2023/08/o-papel-do-banco-central-na-geracao-da-divida-publica-ilegitima/>

CORREIO BRAZILIENSE



CREDITO : RAPHAEL RIBEIRO/BCB/REPRODUÇÃO

“Você tem que colocar o país em recessão para recuperar a credibilidade”, diz Campos Neto

Publicado em 16/12/2021 - 13:39 | Vicente Nunes | Economia

<https://www.youtube.com/watch?v=RJNHX82-CrQ&t=373s>



“Minha opção seria segurar o juro até a economia afundar”, diz ex-diretor do BC e uma das vozes do mercado financeiro.

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Fabio Kanczuk

<https://auditoriacidadada.org.br/segurar-o-juro-ate-economia-afundar/>

BANCO CENTRAL ENTERRANDO A ECONOMIA BRASILEIRA

- IPCA acumulado em 12 meses (até ago/2023) está em 4,61%, ou seja, dentro da meta de inflação.
- Previsão de crescimento do PIB da Indústria em apenas 1,7% para 2023 (IPEA).
- A previsão de crescimento do PIB (geral) de 3,3% se deve à previsão de crescimento de 15,5% do Agronegócio.
- Redução de apenas 0,5% na Selic a cada reunião do COPOM é completamente insuficiente;
- Brasil pratica taxas de juros reais mais altas do mundo;
- Europa, EUA, Japão e outros praticam taxas reais baixas ou negativas há décadas!



CORRELAÇÃO DE FORÇAS SE CONSTRÓI

**GOVERNO NÃO FAZ AUDITORIA
DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO
DA SOCIEDADE?**



FICA NA MÃO DO CAMPOS NETO!



**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**

**LIÇÃO DE SOBERANIA
E RESPEITO AO POVO:**

O Equador convocou a sociedade para auditar a dívida pública, divulgou as maracutaias em rede nacional de rádio, anulou grande parte da dívida com bancos privados, aumentou expressivamente os investimentos sociais, e o Presidente foi reeleito!



**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**

LC 200 - "NOVO ARCABOUÇO FISCAL"

Se não enfrentar o
SISTEMA DA DÍVIDA
não tem saída...

TETO

Saúde
Educação
Previdência
Segurança
Investimentos

**SEM
LIMITE**

Juros e
mecanismos
do Sistema
da Dívida



IDEIA EQUIVOCADA apresentada por Haddad e sua equipe:

- Regra "crível"
- Sua implementação fará reduzir os juros
- Garantirá a "sustentabilidade da dívida pública"...

NA REALIDADE

- DADOS OFICIAIS E LEVANTAMENTO DO TCU COMPROVAM que dívida tem crescido por causa dos mecanismos que geram dívida e a multiplicam por ela mesma, como a "Bolsa Banqueiro", as altíssimas taxas de juros e outros
- BC não reduziu os juros
- A insustentabilidade da dívida decorre dos seus mecanismos e não dos gastos sociais!

Consequência do "NOVO ARCABOUÇO FISCAL"

"NOVO ARCABOUÇO FISCAL" AMEAÇA A EDUCAÇÃO

O GLOBO | Economia

Economia

Fazenda planeja mexer na correção dos pisos dos gastos com Saúde e Educação, diz secretário do Tesouro

Por Manoel Ventura — Brasília

25/05/2023 04h30 · Atualizado há 4 dias

Constituição é atacada para sobrar mais dinheiro para o 'Sistema da Dívida'

g1

POLÍTICA

Senado autoriza governo a não cumprir o piso da saúde

Projeto de lei foi aprovado pelos senadores com 63 votos favoráveis e dois contrários. Proposta segue para sanção presidencial.

Por **Vinícius Cassela** — Brasília

04/10/2023 23h16 · Atualizado há 12 horas



Ver <https://auditoriacidada.org.br/novo-arcabouco-fiscal-ameaca-a-educacao/>

<https://auditoriacidada.org.br/constituicao-e-atacada-para-sobrar-mais-dinheiro-sistema-da-divida>

REFORMA ADMINISTRATIVA



Oposição foca na administrativa e fará evento em 1º de novembro

Segundo o presidente da FPA, Pedro Lupion, e o da FPE, Joaquim Passarinho, o presidente da Câmara, Arthur Lira, fará a abertura

<https://www.poder360.com.br/congresso/oposicao-foca-na-administrativa-e-fara-evento-em-1o-de-novembro/>

REFORMA ADMINISTRATIVA E REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRAS GERAM CONFLITOS ENTRE GOVERNO E SERVIDORES

Nesta terça-feira (3), a ministra da Gestão e Inovação (MGI) em Serviços Públicos, Esther Dweck, anunciou que o ministério se articula para reformular concursos públicos e regimes de contratação.

<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/reforma-administrativa-e-reestruturacao-de-carreiras-geram-conflitos-entre-governo-e-servidores/>

A história já mostrou que Superávit Primário não controla a trajetória da Dívida Pública, pois esta cresce devido aos juros elevadíssimos e demais mecanismos financeiros, e não por causa dos investimentos sociais:

De 1995 a 2015 produzimos
R\$ 1 Trilhão de Superávit Primário.
Apesar disso, a dívida interna federal aumentou de
R\$ 86 bilhões para quase
R\$ 4 trilhões no mesmo período.

Como serão financiados os investimentos do Projeto Nacional anunciado por Lula, considerando as travas do "Arcabouço Fiscal" ?

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-em-evento-alusivo-aos-100-dias-de-gestao-do-governo-federal-em-brasilia-df>

PPP?

Securitização ?

BNDES planeja criar programa nacional de PPPs, diz Nelson Barbosa

Segundo diretor do banco de fomento, projeto incluirá concessões para administração, manutenções de hospitais e saneamento



Nelson Barbosa (foto) disse que atual governo Lula será mais aberto a PPPs

PODER360

18.abr.2023 (terça-feira) - 9h53

Apresentação feita pelo Tesouro Nacional sugere a criação de "Sociedade de Propósito Específico" (SPE) que emitirá debêntures com garantia estatal

gov.br

PT

Entrar

Tesouro Nacional

Notícias > Tesouro anuncia quatro medidas de incentivo a Parcerias Público-Privadas (PPP)

Tesouro anuncia quatro medidas de incentivo a Parcerias Público-Privadas (PPP)

Objetivo das medidas é intensificar os investimentos em infraestrutura no Brasil por meio das PPP

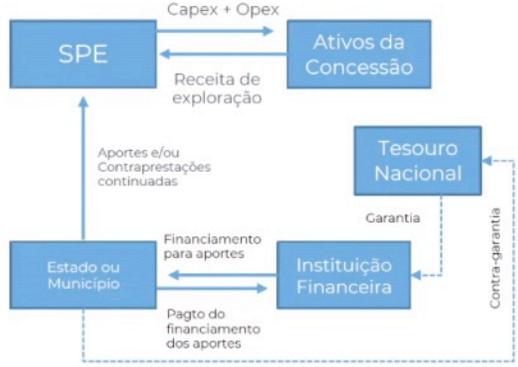
Modelo 1 – Garantia da União para o Financiamento de Aportes



Objeto:
Viabilizar operações de crédito para aportes na PPP durante fase de obras

Benefícios:

- Redução dos riscos para os parceiros privados e menor necessidade de alavancagem financeira do privado.
- Reduz percepção de riscos e atratividade dos projetos de PPPs em entes subnacionais.
- Redução do custo para os entes públicos de utilização de instrumentos de financiamento mais eficientes (menor custo).
- Utilização dos procedimentos já estabelecidos de análise e controle para concessão de garantias a operações de crédito convencionais.



```
graph TD; SPE[SPE] -- "Capex + Opex" --> AC[Ativos da Concessão]; AC -- "Receita de exploração" --> SPE; EM[Estado ou Município] -- "Aportes e/ou Contraprestações continuadas" --> SPE; IF[Instituição Financeira] -- "Financiamento para aportes" --> EM; EM -- "Pagto do financiamento dos aportes" --> IF; TN[Tesouro Nacional] -- "Garantia" --> IF; IF -.->|Contra-garantia| TN;
```

Logos: TESOURO NACIONAL, MINISTÉRIO DA FAZENDA, GOVERNO FEDERAL, BRASIL, UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Documentos do BID incentivam PPP com VINCULAÇÃO DE RECEITAS PÚBLICAS

mitigacao-de-risco-para-projetos.pdf
Página 24 de 99

Buscar

QUADRO 1.1 Modalidades de garantia

Quadro comparativo		
Vinculação de receitas	Fundos garantidores	Penhor
Pontos fortes		
<ul style="list-style-type: none">• Otimiza a aplicação do fluxo de caixa do ente federado.• A tendência é utilizar FPE/FPM.• Serve como mecanismo de pagamento e/ou instrumento garantidor de pagamento.• Há precedentes judiciais e fáticos favoráveis ao uso de FPE/FPM como garantia pública.• Liquidez.	<ul style="list-style-type: none">• O uso de fundos garantidores de PPPs, por terem personalidade jurídica, natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas.• O regime de precatórios é inaplicável aos fundos garantidores de PPPs.• Fundos podem ser usados como mecanismo de pagamento e/ou instrumento garantidor de pagamento.• Liquidez.	<ul style="list-style-type: none">• Flexível. Pode ser usado em ativos de diversas naturezas.• É formalmente constituído.
Pontos fracos		
<ul style="list-style-type: none">• Repasse de FPE/FPM pode ser condicionado à regularização de débitos com o governo federal.• Recursos do FPE/FPM têm origem tributária. Há quem entenda que eles não podem constituir garantias públicas em PPPs.	<ul style="list-style-type: none">• O uso de fundos especiais contábeis, por serem estes mera segregação financeira dentro do caixa único da administração pública.• Aplica-se o regime de precatórios aos fundos especiais contábeis, por ser uma execução contra a própria administração pública.• Histórica instabilidade no pagamento de precatórios.	<ul style="list-style-type: none">• Serve apenas como instrumento garantidor de pagamento.• Criticado por implicar alienação de bem da administração pública.• Baixa liquidez.

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Todas as informações acima têm como linha de corte a data de 1º de julho de 2015.

(*) Não foram identificadas informações sobre a efetiva constituição e operacionalização dos mecanismos de garantias desses Estados. Por essa razão, consideramos tais mecanismos como não operacionais.

ACD realizou Live sobre o tema em 2/10/2023

É HOJE!

Risco zero e ganho certo para o setor privado nas PPP com securitização



MARIA LUCIA FATTORELLI
Coordenadora Nacional
da Auditoria Cidadã
da Dívida



CRISTIANO GIRARDELLO
Doutorando
em Direito
pela USP



FILIPE LEIRIA
Auditor Público Externo
do TCE/RS e presidente
do CEAPE-RS

02
OUTUBRO
19h

ASSISTA AO VIVO EM:



facebook.com/auditoriacidadadadivida



youtube.com/auditoriacidadadadivida



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

**Live completa
disponível em:**

<https://www.youtube.com/watch?v=jCXDCRW6u0g>

Esquema de “Securitização de Créditos Públicos” desvia recursos por fora do Orçamento Público



Ver artigo “Securitização: consignado turbinado de recursos públicos”, disponível em <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/securitizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

Fazenda enviará projeto de securitização ao Congresso, diz secretário

Equipe econômica do governo estima arrecadação de R\$ 30 a R\$ 50 bi com proposta que permite venda de direito creditório



Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron (foto), o Ministério da Fazenda planeja finalizar as discussões sobre a proposta de securitização de recebíveis até este ano e enviá-la ao Congresso em dezembro ou no início de 2024

**Governo Lula
vai legalizar
esquema de
Securitização
???**

<https://www.poder360.com.br/governo/fazenda-enviara-projeto-de-securitizacao-ao-congresso-diz-secretario/>

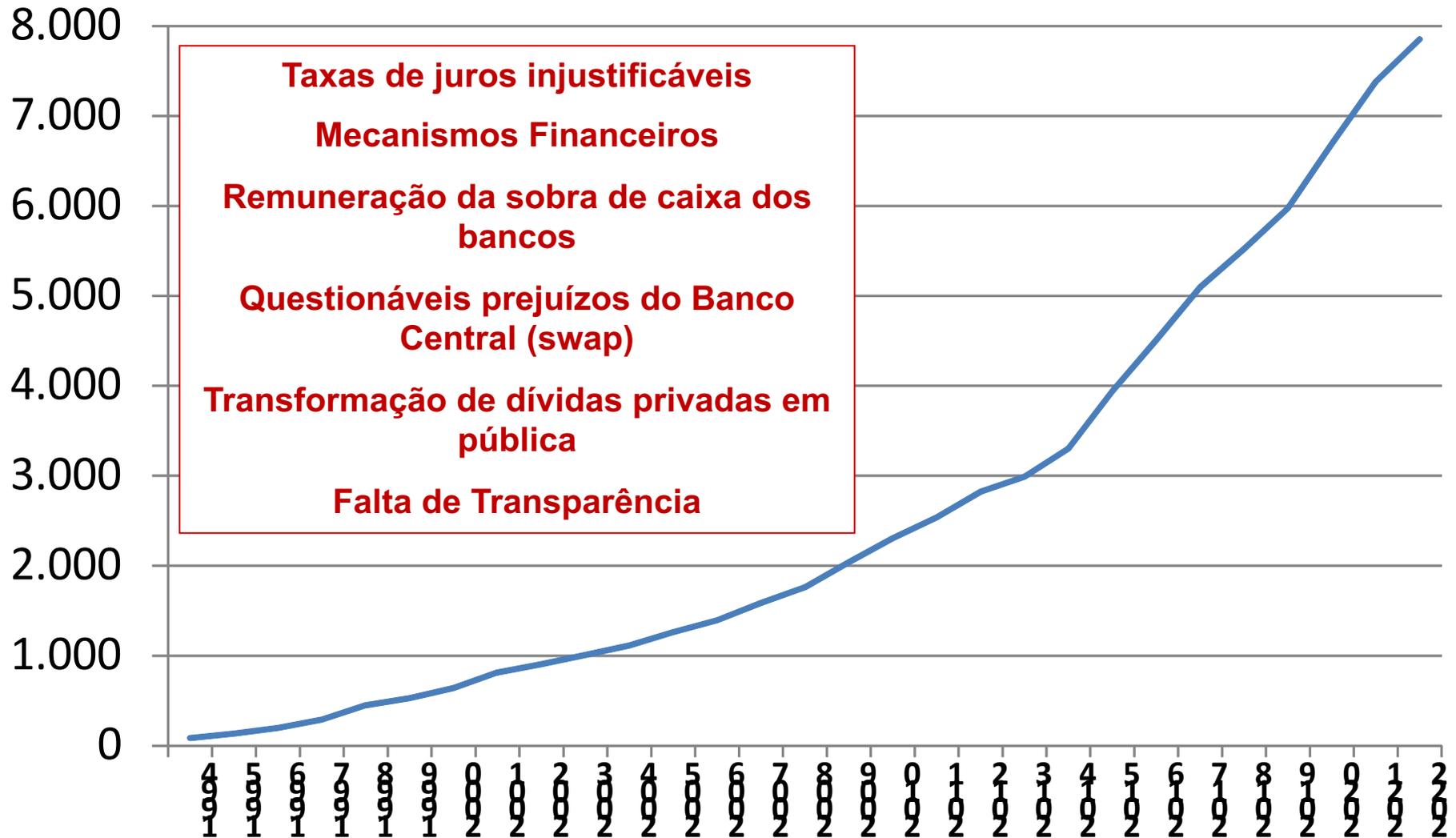
A dívida pública deveria ser um instrumento para financiar investimentos de interesse da sociedade e do país, viabilizando o nosso desenvolvimento socioeconômico.

Mas não é isso que acontece! O endividamento público tem funcionado às avessas:

“SISTEMA DA DÍVIDA”

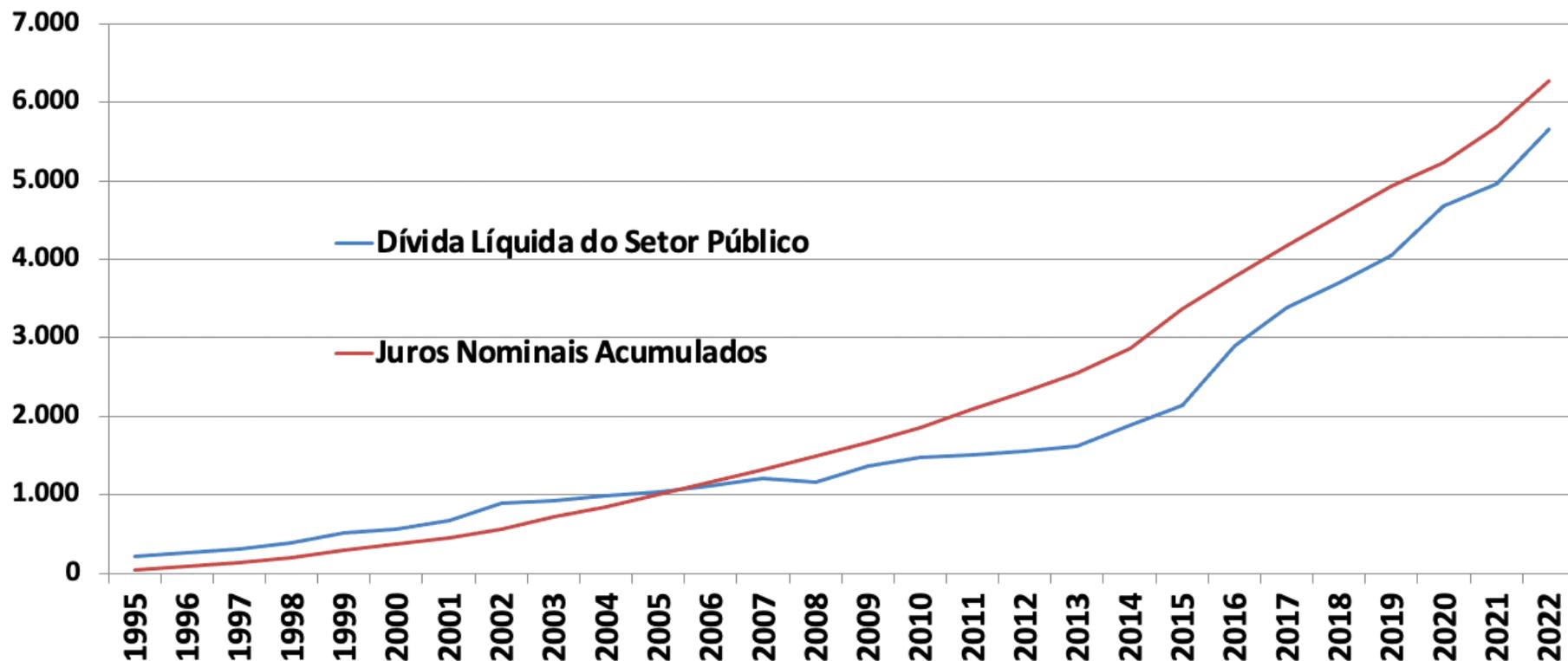
- Contínua subtração de recursos públicos, que são direcionados principalmente a bancos e grandes corporações
- Principal característica: “dívida pública” sem contrapartida e atuação de mecanismos financeiros operados pelo Banco Central
- Ver vídeo 17 <https://bit.ly/2YE5R2S>

Dívida Interna Federal (R\$ bilhões)



JUROS ALTOS: PRINCIPAL FATOR DE CRESCIMENTO DA DÍVIDA DO SETOR PÚBLICO

Relevância dos Juros no Estoque da Dívida Líquida do Setor Público
(R\$ bilhões)



Fonte: Séries Temporais do Banco Central nº 16.830, 4.478, 16.962 e 4.759. Disponíveis em:
<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

O SISTEMA DA DÍVIDA ESTÁ PRESENTE EM TODAS AS ESFERAS (Federal, Estadual e Municipal).

- Consome a **maior parte do orçamento** federal (cerca de metade, todos os anos) e parte significativa dos orçamentos estaduais e municipais;
- Está por trás de todas as **contrarreformas**, como as da Previdência;
- Tem sido a justificativa para todas as **privatizações** insanas que acontecem desde o governo Collor;
- É o responsável pelo **“Teto de Gastos” sociais**, cortes, contingenciamentos de recursos orçamentários, e pelo **“novo arcabouço fiscal”**, medidas que limitam investimentos sociais para que sobre mais para pagar os juros da dívida.
- Nos Estados, o Sistema da Dívida está por trás do nocivo **“Regime de Recuperação Fiscal”** e mecanismos fraudulentos, como a **Securitização**.

TCU afirmou ao Senado que a dívida interna federal não serviu para investimento no país

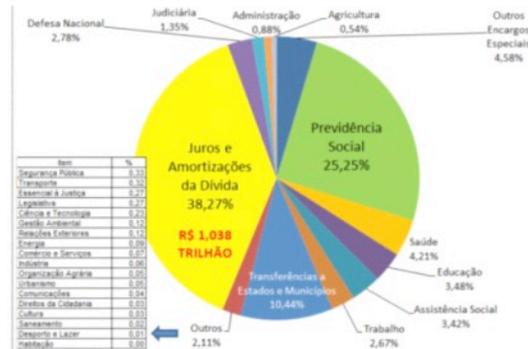
<https://bit.ly/2NTP1Jo>

Para que tem servido a Dívida Pública?



27 DE OUTUBRO, 2020

Para que tem servido a Dívida Pública que você paga?



11 DE SETEMBRO, 2020

PARA QUE TEM SERVIDO A DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL, por Maria Lucia Fattorelli

A Dívida Pública RETIRA recursos das áreas sociais

A mentira do "déficit" financiado por endividamento

2014 a 2022



Gastos com a dívida pública (juros e amortizações) pagos com receitas de outras fontes (não relacionadas com a emissão de títulos da dívida) que poderiam financiar gastos sociais =

R\$ 2,33 Trilhões

Gastos sociais pagos com receitas de títulos da dívida pública =

R\$ 1,19 Trilhão

No final das contas, a Dívida Pública RETIROU RESULTADO = **R\$ 1,14 Trilhão** das áreas sociais no período

Fonte: SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Disponível em: <https://www1.siop.planejamento.gov.br/QuAJAZZ/cipendoc.htm?document=IAS%2FExecucaoOrçamentaria.qvw&host=QV%40pqk04&anonymous=true&sheet=SH06>

<https://bit.ly/36AbwLJ>

Audiência CAE/Senado

<https://bit.ly/3dwIxxP>

LIVE

<https://bit.ly/39ITU24>

Artigo

Ver artigos:

<https://bit.ly/2S72v8v> e

<https://bit.ly/3Eq59u9>

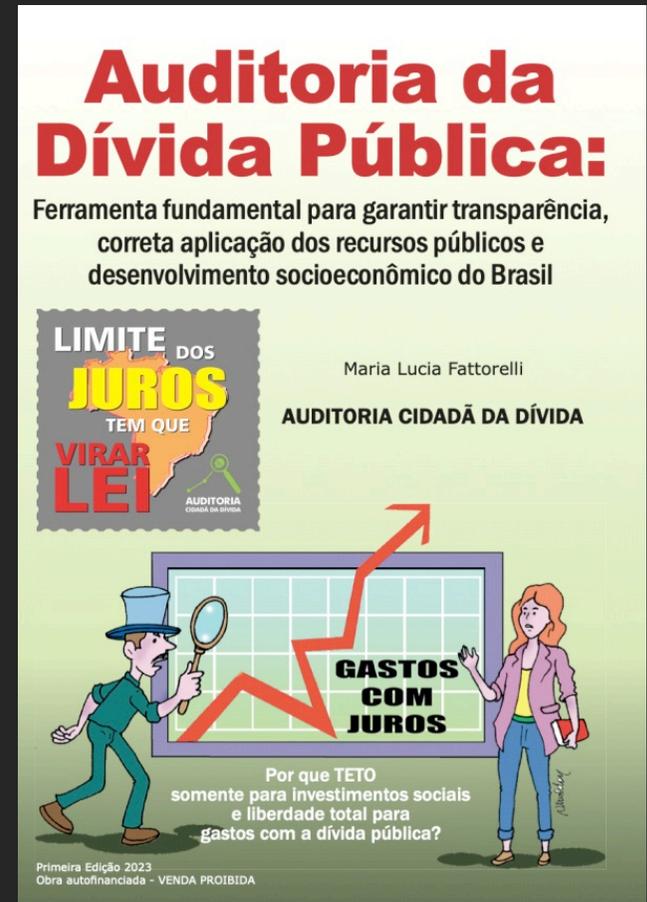
AFINAL, QUE DÍVIDA É ESSA?

AUDITORIA: FERRAMENTA CAPAZ DE RESPONDER

- ✓ Prevista na Constituição Federal de 1988
- ✓ Plebiscito popular ano 2000: mais de seis milhões de votos
- ✓ CPI da Dívida Pública em 2009/10
- ✓ Inúmeras pesquisas e relatórios da Auditoria Cidadã da Dívida
- ✓ Conheça e divulgue a nova Cartilha <https://bit.ly/42HOWM3>

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

www.auditoriacidada.org.br



REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO

- Segundo o IPEA, alíquota do novo IVA pode chegar a 28,4% ACD tem feito posts, artigos (<https://www.extraclasse.org.br/opiniaio/2023/07/a-reforma-tributaria-em-curso-atende-as-necessidades-de-mudanca/>) e novo Folheto:

A reforma tributária em curso atende às necessidades de mudança? WEB

Por Maria Lucia Fattorelli / Publicado em 19 de julho de 2023



O relator da proposta, Aguilino Ribeiro (PP-PB), comemora a aprovação da reforma tributária na Câmara dos Deputados. Foto: Lula Marques/Agência Brasil

NOVO FOLHETO DA ACD

<https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2023/09/Quem-vai-pagar-a-conta-final.pdf>

4

Fatos sobre a Reforma Tributária

Parte 2



Maria Lucia Fattorelli @mlfattorelli - 19 de jul
Haddad contesta estudo do IPEA que estima alíquota do novo IVA em 28,4%, o maior do planeta, e diz que "... tem que calibrar bem as exceções, para que elas estejam bem justificadas".
agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023/07/19/haddad-contesta-estudo-do-ipea-que-estima-aliquota-do-novo-iva-em-28-4-o-maior-do-planeta-e-diz-que-tem-que-calibrar-bem-as-excecoes-para-que-elas-estejam-bem-justificadas.
QUE TAL PARAR DE DAR PRIVILEGIOS PARA A MINERAÇÃO E GRANDE AGRONEGÓCIO?



agenciabrasil.ebc.com.br

Haddad contesta alíquota de 28% para IVA estimada por estudo

Apesar disso, ministro da Fazenda considera positivas as ponderações feitas pelo Ipea e defende um engajamento da reforma tributária, co...

QUEM VAI PAGAR A CONTA DA REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO? Você e as pessoas mais pobres!

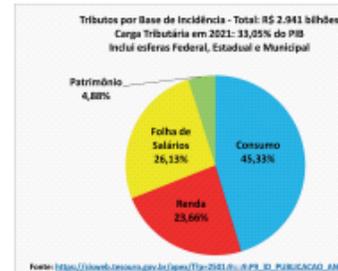
A "Reforma Tributária do Consumo" (Proposta de Emenda à Constituição - PEC 45/2019) está tramitando no Congresso Nacional e vai mexer no seu bolso! Ela foi aprovada recentemente na Câmara dos Deputados e agora tramita no Senado Federal.

Essa reforma altera a Constituição Federal e contém graves riscos para estados, municípios e para o financiamento da Seguridade Social, que engloba as importantes áreas da Previdência, Saúde e Assistência Social.

Ela altera apenas os tributos que incidem sobre o "Consumo", isto é, impostos e contribuições que são cobrados embutidos nos preços de todos os produtos e serviços. Essas alterações poderão significar até aumento da carga tributária que recai sobre as pessoas mais pobres! Essa proposta que altera a Constituição Federal mantém privilégios para ricos setores (mineração, grande agronegócio de exportação e grandes petrolíferas que exploram o nosso petróleo). Não altera a estrutura do modelo tributário brasileiro, que continua sendo extremamente regressivo, ou seja, arrecada mais de quem ganha menos e, assim, concentra cada vez mais a renda e a riqueza nas mãos de poucos, ao invés de distribuí-la.

Estrutura do Modelo Tributário Brasileiro

Todas as pessoas pagam tributos, ainda que não recebam salário ou renda, tendo em vista que grande parte dos impostos e contribuições estão embutidos nos preços de tudo que consumimos, como mostra a fatia "Consumo" no gráfico a seguir, representando 45,33% de tudo que se arrecada no país:



que ocorre em vários países desenvolvidos onde os ricos financiam o Estado. Outros privilégios inaceitáveis fazem com que grandes corporações nacionais e estrangeiras, que atuam nas ricas e predatórias atividades de mineração e grande agronegócio voltado para exportação de commodities (grãos, proteínas, minérios e outras matérias primas), praticamente não paguem tributos. Empresas estrangeiras que exploram o nosso petróleo também gozam de isenção trilionária!

É por isso que o modelo tributário brasileiro é um dos mais injustos do mundo. A reforma em tramitação no Congresso Nacional não modifica isso! No Brasil, quem ganha menos paga mais impostos, contribuições e outros tributos, e quem ganha mais paga menos. O modelo tributário vigente promove a concentração de renda em vez de possibilitar a distribuição, que poderia ocorrer com a cobrança maior sobre os mais ricos. Assim o Estado teria mais recursos para investir em políticas públicas que beneficiassem a parcela da sociedade de menor renda.

CESSÃO DO FLUXO DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS É DESVIO DE RECURSOS PÚBLICOS

Cessão do fluxo de arrecadação de tributos é **DESVIO DE RECURSOS PÚBLICOS**.

Cobre os parlamentares pelo fim deste mecanismo.

Você pode ajudar com apenas um clique!



Basta 1 clique para enviar, ao e-mail de todos os senadores e senadoras, a carta que alerta para a necessidade de emendas no texto da PEC 45/2019, para impedir o desvio de recursos públicos por meio de cessão do fluxo de arrecadação de tributos.

Acessem:

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/cessao-do-fluxo-de-arrecadacao-de-tributos-e-desvio-de-recursos-publicos/>

A CONJUNTURA ESCANCARA O PRIVILÉGIO DA DÍVIDA PÚBLICA E CAMINHA NO SENTIDO CONTRÁRIO AO QUE O PAÍS PRECISA

PRECISAMOS:

- ✓ Mais recursos para investimentos sociais e estrutura do Estado;
- ✓ Interromper mecanismos que geram “dívida” sem contrapartida em investimentos (Bolsa-Banqueiro, Juros elevadíssimos injustificados etc.).

O QUE FAZER?

- LIMITE DOS JUROS EM LEI
- AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL
 - **Mobilização, Frente Parlamentar**

**2 - FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O
LIMITE DOS JUROS E A AUDITORIA
INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM
PARTICIPAÇÃO POPULAR**

FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O LIMITE DOS JUROS E A AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

SUCESSO: presença expressiva de entidades e legisladores marcou o lançamento das Frentes Parlamentares



Informes sobre o lançamento em conjunto com a “Frente contra os Juros Abusivos” no dia 19/09/2023 na Câmara dos Deputados

<https://4et.us/s1c70q>

LANÇAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O LIMITE DOS JUROS E A AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

“VAMOS VER SE ELES PARAM DE ROUBAR O BRASIL. PORQUE É ROUBO, NÃO HÁ JUSTIFICATIVA”

MARIA LUCIA FATTORELLI

Coordenadora Nacional da ACD

Lançamento das Frentes Parlamentares



“Sistema perverso da dívida consumiu R\$ 1 trilhão e 800 bilhões do orçamento da União, 16 vezes mais do que é gasto com Educação”

DEPUTADA FERNANDA MELCHIONNA

Coordenadora da Frente Parlamentar pelo Limite dos Juros e Auditoria Integral da Dívida com Participação Popular



<https://auditoriacidada.org.br/vamos-ver-se-eles-param-de-roubar-o-brasil-diz-fattorelli-no-lancamento-das-frentes-parlamentares/>

<https://auditoriacidada.org.br/deputada-fernanda-melchionna-denuncia-sistema-perverso-da-divida/>

LANÇAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O LIMITE DOS JUROS E A AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

DESTAQUES DAS FALAS DO DEPUTADO MERLONG, DA ASSUFRGS E DO SITRAEMG

NO LANÇAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR PELO LIMITE DOS JUROS E AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR



Participante

Lançamento Frente Parlamentar contra os juros abusivos

19/09/23 Outros Eventos

 **AUDITORIA**
CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://auditoriacidada.org.br/destaques-das-falas-do-deputado-merlong-da-assufrgs-e-do-sitraemg-no-lancamento-das-frentes-parlamentares/>

Fala da FENAFISCO

NO LANÇAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR PELO LIMITE DOS JUROS E AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL



camara.leg.br | 0800 0 619 619

Lançamento Frente Parlamentar contra os juros abusivos

19/09/23 Outros Eventos

 **AUDITORIA**
CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://auditoriacidada.org.br/fala-da-fenafisco-no-lancamento-das-frentes-parlamentares/>

LANÇAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O LIMITE DOS JUROS E A AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

DESTAQUES: DEPUTADA SÂMIA BOMFIM, ANFFA SINDICAL E SINPRO-DF

NO LANÇAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR PELO LIMITE DOS JUROS E AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR



Felipe

Lançamento Frente Parlamentar contra os juros abusivos

19/09/23 Outros Eventos

 **AUDITORIA**
CIDADÃ DA DÍVIDA

Destaques das falas do Deputado Tadeu Veneri, SINPROFAZ e SINDIRECEITA

No lançamento da Frente Parlamentar pelo Limite dos Juros e Auditoria Integral da Dívida Pública com participação popular



DEP. TADEU VENERI | PT-PR

Lançamento Frente Parlamentar contra os juros abusivos

19/09/23 Outros Eventos

 **AUDITORIA**
CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://auditoriacidada.org.br/deputada-samia-bomfim-anffa-sindical-e-sinpro-df-falam-no-lancamento-das-frentes-parlamentares/>

<https://auditoriacidada.org.br/destaques-das-falas-do-deputado-tadeu-veneri-sinprofaz-e-sindireceita-no-lancamento-da-frente-parlamentar-pelo-limite-dos-juros-e-auditoria-integral-da-divida/>

LANÇAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O LIMITE DOS JUROS E A AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

Destaques das falas do Deputado Bohn Gass, ANFIP, AGEPPEN e SINDCOP
No lançamento da Frente Parlamentar pelo Limite dos Juros e Auditoria Integral da Dívida Pública com participação popular



camara.leg.br | 0800 0 619 619
Lançamento Frente Parlamentar contra os juros abusivos

19/09/23 Outros Eventos

 **AUDITORIA**
CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://auditoriacidada.org.br/destaques-das-falas-do-deputado-bohn-gass-anfip-ageppen-e-sindcop-no-lancamento-da-frente-parlamentar/>

Destaques da FASUBRA, FENAJUFE, CSP, SINTRAJUD e FENASPS
No lançamento da Frente Parlamentar pelo Limite dos Juros e Auditoria Integral da Dívida Pública com participação popular



camara.leg.br | 0800 0 619 619
Lançamento Frente Parlamentar contra os juros abusivos

19/09/23 Outros Eventos

 **AUDITORIA**
CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://auditoriacidada.org.br/destaques-da-fasubra-fenajufe-csp-sintrajud-e-fenasps-no-lancamento-da-frente-parlamentar-pelo-limite-dos-juros-e-auditoria-da-divida-publica-com-participacao-popular/>

LANÇAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O LIMITE DOS JUROS E A AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

Destaques das falas do deputado Chico Alencar, ANDES/SN, FEBRAFITE e AFFEMG
No lançamento da Frente Parlamentar pelo Limite dos Juros e Auditoria Integral da Dívida Pública com participação popular



camara.leg.br | 0800 0 619 619

Lançamento Frente Parlamentar contra os juros abusivos

19/09/23 Outros Eventos

 **AUDITORIA**
CIDADÃ DA DÍVIDA

OUTRAS ENTIDADES PRESENTES

**AGEMPU
AMB
CNPQ
FENAPRF
RIAAM
SINAL-DF
SINDFAZENDA**

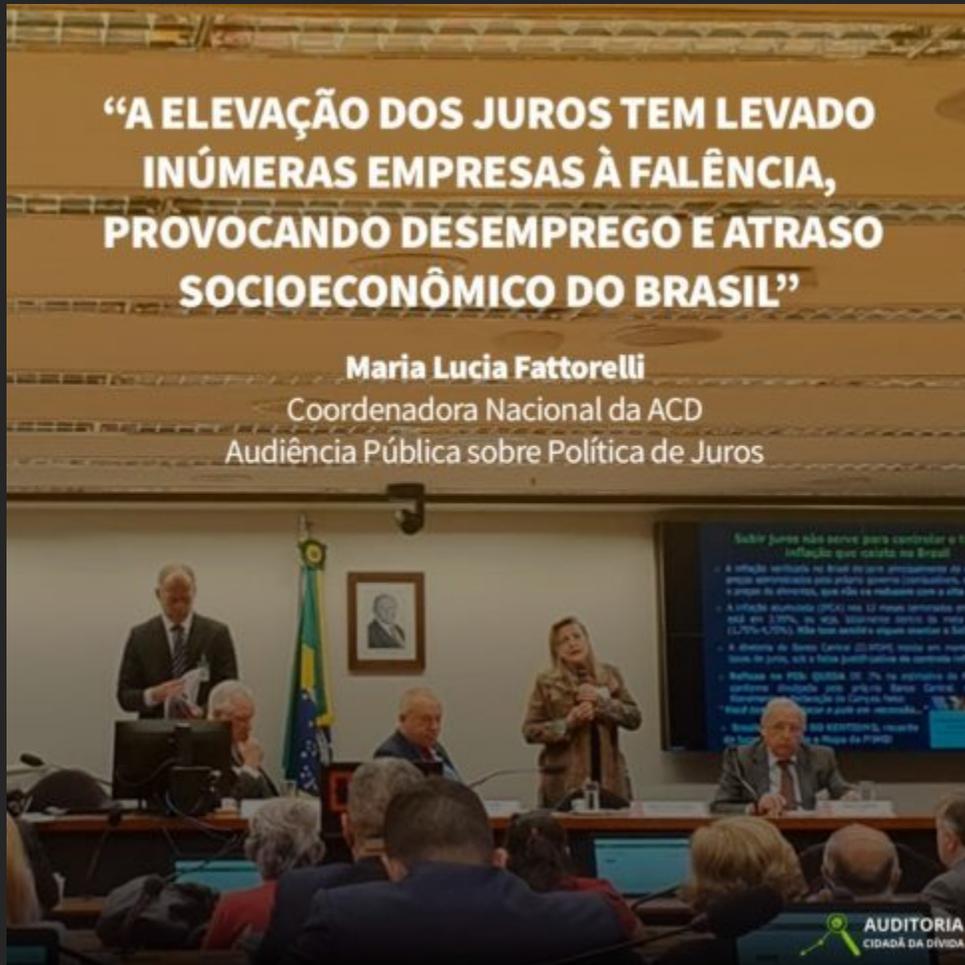
<https://auditoriacidada.org.br/video/destaques-das-falas-do-deputado-chico-alencar-andes-sn-febrafite-e-affemg/>

FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O LIMITE DOS JUROS E A AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

- Convite às entidades para fazer parte da Frente, tendo em vista a relação direta entre o privilégio do Sistema da Dívida e a subtração de direitos sociais, previdenciários e trabalhistas;
- Apresentação de propostas de agenda para o funcionamento e coleta de sugestões das entidades;
- Indicação para realização de eventos conectados com a Frente nos Estados juntamente com o lançamento da Cartilha da ACD e demais pautas locais, exemplo da audiência pública na ALESP em 19/10/2023;
- Informes do Núcleo SP e demais Núcleos que já estão organizando eventos nos Estados.
- **Informes sobre reunião com a Dep. Fernanda Melchionna e proposta de evento da Frente Parlamentar dia 21/11/2023**

**3 - AUDIÊNCIA PÚBLICA NA
COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO DA CÂMARA DOS
DEPUTADOS PARA DISCUTIR A
POLÍTICA DE JUROS NO BRASIL**

AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE JUROS NO BRASIL



- Informes sobre a Audiência Pública realizada em 30/08/2023 (<https://4et.us/s089tq>);
- Ausência de representantes do Banco Central e do Ministério da Fazenda;
- Necessidade de aprovação do PLP 104/2022. Pedimos que acessem e divulguem a enquete oficial no site da Câmara e declararem seu apoio (<https://auditoriacidada.org.br/vote-na-enquete-oficial-da-camara-e-declare-apoio/>).

AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE JUROS NO BRASIL



<https://auditoriacidada.org.br/video/7-do-pib-vao-para-grupos-financeiros-diz-ladislau-dowbor-sobre-os-juros-no-brasil/>



<https://auditoriacidada.org.br/video/juros-petroleo-e-a-estrategia-internacional-de-frear-o-brasil/>

AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE JUROS NO BRASIL

**ALIMENTAÇÃO É TIDA COMO
VILÃ DA INFLAÇÃO DO PAÍS. ESTA
CONTRADIÇÃO NÃO ENGANA
MAIS NINGUÉM**



<https://auditoriacidada.org.br/alimentacao-e-tida-como-vila-da-inflacao-do-pais-esta-contradicao-nao-engana-mais-ninguem/>

LIVE

Esquenta para a Audiência Pública sobre a política de juros que drena os nossos recursos

Com a participação do
ANDES, ASSUFRGS,
FENASPS, FETEC,
SINTRAJUD e UP



**28
agosto
19h**

ASSISTA AO VIVO EM:



facebook.com/auditoriacidada.pagina



youtube.com/auditoriacidadadadividada



**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**

<https://auditoriacidada.org.br/live-hoje-esquenta-para-a-audiencia-publica-sobre-a-politica-de-juros-que-drena-nossos-recursos/>

4 - CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL – PLP 104/2022

CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL – PLP 104/2022



INFORMATIVO DA CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL

EDIÇÃO Nº 7 / 2023

LANÇAMENTO DAS FRENTES PARLAMENTARES “pelo Limite dos Juros e Auditoria Integral da Dívida Pública com participação popular” e “contra os Juros Abusivos”



Foi um sucesso o lançamento conjunto das frentes parlamentares “pelo limite dos juros e auditoria integral da dívida pública com participação popular” e “Contra os Juros Abusivos”, que ocorreu na Câmara dos Deputados, na última terça (19/09).

O evento contou com a presença expressiva e participação de entidades, representantes dos órgãos de comunicação, parlamentares e pessoas voluntárias, a quem agradecemos imensamente por estarem juntos neste momento que pode significar um marco para a virada da política de juros no País.

A cerimônia de lançamento das Frentes Parlamentares foi aberta pela deputada Fernanda Melchionna, seguida do deputado Lindbergh Farias e da coordenadora nacional da ACD, Maria Lucia Fattorelli. Todos salientaram a significativa conquista de 200 assinaturas de parlamentares em apoio à instauração de cada Frente, e fizeram questão de agradecer a todas as pessoas que se esforçaram para completar o quantitativo necessário. Também ressaltaram a necessidade da continuidade da mobilização para desmascarar o Sistema da Dívida, que drena todo ano quase a metade do orçamento federal.

“VAMOS VER SE ELES PARAM DE ROUBAR O BRASIL. PORQUE É ROUBO, NÃO HÁ JUSTIFICATIVA”
MARIA LUCIA FATTORELLI
Coordenadora Nacional da ACD
Lançamento das Frentes Parlamentares



Assista à íntegra do lançamento:
[Clique aqui](#)

- Novo Informativo

- Mobilizações no site da campanha: <https://bit.ly/3G87DQA>

CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL – PLP 104/2022



- Reunião da ACD com o relator Deputado Federal Paulo Guedes (PT/MG), Presidente da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara (4/7/2023).
- O PLP 104/2022 se encontra na CFT apensado ao PLP 52/2003 e mais 28 projetos de lei que tratam de matéria semelhante.
- Aguardando a apresentação de parecer do relator e votação na CFT.
- Posteriormente, seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), depois para o Plenário e em seguida passa a tramitar no Senado Federal.

auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros

Limite dos juros torna-se Projeto de Lei Complementar

Projeto de Lei Complementar
PLP 104/2022



Texto original | Siga esta proposta

EMENTA

Dispõe sobre o limite legal das taxas de juros em contratos e operações financeiras, altera a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, e dá outras providências.

/auditoriacidadabr

/AuditoriaCidadaDaDivida

/audoriacada.pagina

/auditoriacidada



auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros

Vote na enquete oficial da Câmara: Limite dos Juros Já!

QUAL SUA OPINIÃO SOBRE O PLP 104/2022?

Concordo totalmente

Concordo na maior parte

Estou indeciso

Discordo na maior parte

Discordo totalmente



VOTAR

/auditoriacidadabr

/AuditoriaCidadaDaDivida

/auditoriacidada.pagina

/auditoriacidada



<https://auditoriacidada.org.br/vote-na-enquete-oficial-da-camara-e-declare-apoio/>

CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL

PLP 104/2022

- Dia 4/10, os jornais repercutiram a sanção da Lei do Programa “Desenrola”, que estabelece limite de juros para o cartão de crédito. **SÓ QUE NÃO!!!**
- Os bancos é que vão (ainda) apresentar uma proposta de limite de juros, e quem vai decidir sobre este limite é o Conselho Monetário Nacional, composto pelo Presidente do Banco Central (Roberto Campos Neto), pela Ministra do Planejamento (Simone Tebet) e pelo Ministro da Fazenda (Fernando Haddad).
- E caso as instituições financeiras não apresentem uma proposta em até 90 dias, as taxas terão um teto de 100% do valor da dívida. Ou seja, simplesmente **DOBRA** o valor original do débito.
- O Programa “Desenrola” não ataca as causas do endividamento dos brasileiros, ou seja, as altíssimas taxas de juros e os salários baixos. Basta ver que a inadimplência subiu em agosto, atingindo 30% dos brasileiros.
- Por outro lado, o PLP 104/2022 prevê expressamente o teto de juros de 12% ao ano (ou o dobro da Selic, o que for menor), e não só para o cartão, mas para qualquer modalidade de crédito. O PLP também acaba com a “Bolsa Banqueiro”, que atualmente estimula os bancos a cobrarem altíssimos juros das pessoas e empresas.

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 10/10/2023

5 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA - Doações podem ser feitas via PIX 12537204000145, pagamento recorrente no cartão de crédito <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/ajude-a-financiar-a-acd/> ou PagSeguro <https://auditoriacidada.org.br/doacao/>

6 - APOIO AOS ESTUDOS DO OBSERVATÓRIO DE FINANÇAS E ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA *PADRE THIERRY LINARD*, VINCULADO À COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ (ORGANISMO DA CNBB): Participação em grupos de pesquisa.

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



Spotify.



Google Podcasts

#ÉHORADEVIRARAJOGO